

AA.VV., *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro. Comunicações apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Faro, Comissão de Coordenação Regional, 2002, 187 pp. com várias ilustrações.

Entre Fevereiro e Junho de 2001, a Comissão de Coordenação Regional promoveu um conjunto de três seminários para discutir e avaliar as relações entre o Sul de Portugal, as regiões fronteiriças da Estremadura e da Andaluzia, e os territórios situados para lá do estreito de Gibraltar, que mantiveram sólidas ligações ao longo dos tempos e que guardam, ainda hoje, um certo ar de família. Em termos práticos, a tríplice iniciativa, que contou com financiamento europeu, no âmbito dos programas de desenvolvimento regional, propunha-se identificar e valorizar alguns dos centros históricos de influência islâmica em Marrocos e no Sudoeste da Península. No caso português, as cidades de Faro, de Loulé e de Tavira foram os centros escolhidos, talvez em resultado do entusiasmo com que aderiram ao projecto (cf. pp. 6-7), pois desconhecem-se os critérios de selecção utilizados e não é fácil compreender, por outro lado, quais foram as razões que ditaram a exclusão de núcleos islâmicos com a importância de Silves e de Cacela.

Nos três seminários, que decorreram nos centros urbanos aderentes ao projecto e que contaram com uma assistência muito significativa, participaram cerca de vinte especialistas, oriundos dos mais variados domínios técnicos e científicos. Entre eles, encontrava-se um jornalista, dois engenheiros civis, alguns arquitectos, e vários arqueólogos, antropólogos e historiadores (cf. pp. 179-187), a maior parte de nacionalidade portuguesa, já que foi muito escassa a participação de investigadores vindos de Espanha e de Marrocos. A partilha de saberes e de experiências que daí poderia ter nascido, em benefício da reflexão em torno de uma herança comum, que era, afinal, um dos objectivos dos Seminários, mas que implicaria custos acrescidos, dificilmente saiu, portanto, muito beneficiada.

A diversa formação dos especialistas presentes respondia, em boa parte, à multiplicidade de temas propostos pela organização. O primeiro seminário, que decorreu em Faro, lidou com as questões decorrentes das políticas de conservação, de valorização e de gestão da herança patrimonial do passado. A maior parte das comunicações aí apresentadas nem sempre manteve, por isso, uma relação muito estreita com o passado islâmico, como sucede, por exemplo, com o texto publicado sobre a renovação do teatro Lethes, ou com aquele dedicado à análise do valor social dos museus. Nos restantes seminários, guardou-se, porém, uma maior afinidade temática, dada a aposta na identificação das estruturas urbanas herdadas

práticas sociais e nos valores culturais do Ocidente peninsular (pp. 129-178). Deles surgiu, por certo, a inspiração para o título da presente publicação. Apesar de algumas excepções, caso das comunicações de Adérito Vaz e de José Luís de Matos, que apostaram num discurso mais genérico, a maior parte dos participantes privilegiou a análise de casos concretos, ou a apresentação dos resultados obtidos no âmbito de projectos ainda em curso. Graças a essa opção, foi possível multiplicarem-se os exemplos e as perspectivas, de modo a identificar as lacunas e os problemas existentes, muitas vezes saídas do atraso da investigação em arqueologia medieval, ou mesmo da natureza muito dispersa e fragmentária da informação disponível. Ao mesmo tempo, evitaram-se as reflexões de pendor vagamente antropológico, a que por vezes se recorre para assinalar familiaridades e parentescos por toda a parte, como se as regiões do mediterrâneo ocidental não tivessem uma tradição mais que milenar de partilha de técnicas, de saberes e de valores culturais. Por tudo isso, as comunicações aqui reunidas contribuem para ir compondo, passo a passo, uma imagem mais fidedigna e mais precisa, também, do passado islâmico no sudoeste peninsular.

Entre as comunicações apresentadas, cumpre aqui salientar aquelas que trataram do cemitério almóada de Loulé (pp. 143-156), situado no exterior da cerca medieval, junto da estrada que saía da vila em direcção às terras do norte, e que foi escavado em princípios de 1999. O destaque resulta, em boa parte, da novidade dos materiais apresentados por Isabel Luzia e por Eugénia Cunha, dadas as raras intervenções em cemitérios islâmicos, mas também da necessidade de esclarecer algumas das dúvidas e dos problemas que eles suscitam. Nem todas elas ficaram, com efeito, devidamente equacionadas. Por acréscimo, a tentativa de as resolver permitirá visitar um problema ainda hoje mal conhecido, mas de importância capital para qualquer tentativa de definir a herança cultural e patrimonial do passado islâmico: a questão central da islamização das populações algarvias.

Os materiais apresentados não eram, em rigor, inteiramente novos, embora não se conhecessem os resultados da análise do espólio osteológico, que ora foram trazidos a público pela equipa chefiada por Eugénia Cunha. De facto, numa publicação anterior, saída em inícios de 2000, a arqueóloga responsável pela escavação, Isabel Luzia, já tinha feito o historial da intervenção e descrito, com o pormenor adequado, as sepulturas identificadas e os materiais exumados, a partir dos quais datou o cemitério da época almóada¹. Nas cerca de quarenta sepulturas, a arqueóloga reconheceu, por outro lado, vários testemunhos do ritual islâmico de inumação, embora a presença de catorze pregos na sepultura nº 32, sugerindo o

¹Cf. Isabel Luzia, “A escavação arqueológica de emergência do cemitério muçulmano da «Quinta da Boavista»/Loulé”, *Al-ulyā. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, nº 7, 1999-2000, pp. 129-185.

NOTAS DE LEITURA, AA. VV., *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve*

143

recurso a um caixão, ou a uma simples tampa de madeira, a tenha levado a admitir a influência dos costumes funerários trazidos pelos guerreiros do norte, nas vésperas da reconquista². No cemitério almóada, a presença do ritual cristão de inumação seria, portanto, um fenómeno tardio, em resultado da pressão exercida pelos conquistadores cristãos. Os dois viotes de besta encontrados nessa mesma sepultura não deixaram de reforçar, por certo, aquela convicção.

Os pregos da sepultura nº 32 não são, porém, o único facto anómalo no cemitério almóada de Loulé. A planta publicada com a distribuição das sepulturas (p. 155) permite verificar, desde logo, que a maior parte das cabeceiras não está orientada a sul-sudoeste, como sucedia nas necrópoles islâmicas da península³. Pelo contrário, quase todas têm as cabeceiras viradas para oeste, estando os pés para este, como era norma nas inumações cristãs, ainda que os crânios estejam quase sempre apoiados sobre o lado direito, na direcção de Meca. Mais significativo, ainda, é a deposição de quase metade dos esqueletos à maneira cristã, em decúbito dorsal. Apenas uma minoria se encontra em decúbito lateral direito, enquanto os restantes mostram uma curiosa combinação daquelas duas posições, com a região superior em decúbito dorsal e os membros inferiores em decúbito lateral⁴. Tudo isto ajuda a compreender, por outro lado, que as fossas não sejam demasiado estreitas e que apresentem, na base, uma largura média superior a 41 cm, muito próxima às larguras conhecidas para as inumações paleocristãs⁵.

Na base destas observações, que respeitam, note-se, a um cemitério urbano, certamente mais vigiado pelas autoridades religiosas, pode admitir-se, com alguma segurança, a recente islamização das populações que dele se serviram durante a época almóada⁶. A sua conversão ao islamismo não oferece, ao que parece, muitas dúvidas – recordem-se os crânios apoiados sobre o lado direito, em direcção a Meca –, mas ainda eram poucos os que haviam interiorizado os novos

²*Ibidem*, pp. 144, 151-2, 157

³Cf. Claudio Torres, “Os rituais da vida e da morte”, in J. Mattoso (coord.), *Antes de Portugal*, vol. I da *História de Portugal*, dir. de J. Mattoso, Lisboa, 1992, pp. 414-415; *Idem* e Santiago Macias, “Rituais Funerários Paleocristãos e Islâmicos nas Necrópoles de Mértola”, in J. Mattoso (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, 1996, pp. 32, 35.

⁴A partir dos dados publicados por Isabel Luzia (*op. cit.*, pp. 135-146), contabilizaram-se 15 esqueletos em decúbito dorsal, 10 em decúbito lateral direito e 13 em posição híbrida. Ainda que isso não altere o que ficou dito, note-se que Eugénia Cunha realizou contagens diferentes (cf. p. 144), referindo 17 esqueletos em decúbito dorsal e 10 em decúbito lateral direito.

⁵Cf. Cláudio Torres e Santiago Macias, *op. cit.*, p. 30; Santiago Macias, “Um Espaço Funerário”, in Cláudio Torres (dir.), *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*, Mértola, 1993, p. 51.

⁶Apenas nas inumações islâmicas mais antigas e em algumas necrópoles rurais (cf. Cláudio Macias, "Rituais Funerários ...", *cit.*, pp. 35-36) se têm detectado anomalias semelhantes às que se identificaram em Loulé. Por isso, talvez elas sejam próprias dos períodos de transição e denunciem, portanto, a existência de populações recentemente convertidas.

144 **PROMONTORIA** Ano I Número 1, 2002 / 2003

rituais de inumação. Para a maioria, aquilo que lhes surgia, por certo, como a exigência básica do novo ritual, a face virada para a cidade santa de Meca, combinava-se com os antigos costumes funerários paleocristãos, que mantinham uma influência predominante nos comportamentos observados. A islamização destas populações aparenta ser, portanto, um fenómeno tardio e superficial, sem capacidade para substituir os costumes herdados do passado, que se manifestavam no mesmo espaço funerário e até nos mesmos homens. Nada indica, com efeito, que as inumações contaminadas pelo ritual cristão ocupassem um lugar especial no cemitério almóada, embora com os dados disponíveis não seja fácil perceber como se geria, nos séculos XII e XIII, a cidade dos mortos de Loulé.

Esta tardia conversão ao islamismo das populações de Loulé não era, porém, um fenómeno isolado. Ao analisar o processo de islamização das gentes peninsulares, com base nas notícias disponíveis sobre a formação das élites de sábios (*'ulamã*), responsáveis pela introdução das normas de conduta islâmica e pela difusão do ensino religioso⁷, Manuela Marín também já tinha notado que, no Algarve, a cronologia desse processo era bastante mais tardia. Ao contrário doutras regiões, como Sevilha e Beja, por exemplo, que viram crescer essas redes de sábios durante o século IX, no Algarve elas formaram-se dois séculos depois, durante a segunda metade do século XI, sendo apenas na época almóada que a sua densidade atingiu uma dimensão capaz de assegurar a islamização eficaz de toda a região⁸. Perante uma conclusão deste calibre, que contrariava a opinião comum, Manuela Marín foi levada a admitir que o processo de islamização talvez tenha seguido, no Algarve, uma via diversa, de cariz local, e, por isso, mal conhecida, que não seria alheia ao êxito dos ascetas muçulmanos na região⁹. Algumas objecções recentes às análises de Manuela Marín, que foram apresentadas por Abdallah Khawli¹⁰, podem ser lidas num sentido semelhante e não alteram, de resto, o essencial das suas afirmações.

Os inquietantes resultados da escavação do cemitério almóada de Loulé aconselham, no entanto, alguma prudência. Sem afastar a possibilidade de uma islamização popular, alheia às regras dos letrados, talvez seja preferível tomar à

⁷Cf. Manuela Marín, "A L'Extrémité de L'Islam médiéval. Élités urbaines et islamisation en Algarve", *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Março-Abril 1998, nº 2, pp. 361-381

⁸*Ibidem*, pp. 367-368, 376. No que respeita a Beja, veja-se Manuela Marín, "Los Ulemas de Beja: formación y desaparición de una elite urbana", *Élités e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, ed. de F. Themudo Barata, Lisboa, 2001, pp. 27-44.

⁹Manuela Marín, "A L'Extrémité de L'Islam médiéval ...", *cit.*, p. 381.

¹⁰ Cf. Abdallah Khawli, "Quelques réflexions sur l'histoire de l'Algarve pendant les premiers siècles de l'islamisation", *Xarajib. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves*, nº 2, 2002, pp. 21- 40. Do mesmo autor, veja-se ainda o texto publicado nas Actas aqui recensadas (pp. 170-178) e que foi apresentado no Colóquio de Loulé.

NOTAS DE LEITURA , AA. VV., *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve*

145

letra as conclusões de Manuela Marín e aceitar a tardia islamização das gentes do Algarve. A bondade da hipótese tem que ser discutida e avaliada, como manda o bom senso e é de regra, mas ela permitiria um olhar diferente sobre a história da região nas vésperas da reconquista. Muitos factos bem conhecidos ganhariam com ela um novo sentido, como sucede com a sobrevivência do culto cristão até à segunda metade do século XII, em locais como Faro, S. Brás de Alportel e Vila do Bispo, com os moçarabes deportados por Afonso Henriques para Coimbra¹¹, com o pio latrocínio das relíquias de S. Vicente por volta de 1173¹², ou mesmo com a origem cristã de Ibn Qasi, que senhoriou Silves pela mesma época e que veio a aliar-se ao primeiro rei português¹³. Talvez tudo isso ajude a compreender, por outro lado, a facilidade extraordinária com que os cavaleiros de Santiago se apoderaram do Alentejo e do Algarve durante a primeira metade do século XIII, quando a reconquista castelhana marcava passo perante as muralhas de Sevilha.

Nem todas estas observações guardam, como se viu, uma relação muito estreita com as comunicações apresentadas aos seminários de Faro, de Tavira e de Loulé. A maior parte delas não é, porém, totalmente estranha às motivações dos promotores da iniciativa, ou às preocupações, às dúvidas e aos muitos problemas que normalmente se colocam aos investigadores que nela participaram. Talvez elas possam representar, por isso mesmo, uma singela homenagem à importância de um evento que abriu um oportuno espaço de debate sobre o passado islâmico do Algarve, o qual certamente ninguém gostaria de encerrar com a vinda a público das actas respectivas.

Luís Filipe Oliveira

¹¹ Cf. José Mattoso, "Os Moçarabes", *Fragmentos de Uma Composição Medieval*, Lisboa, 1987, pp. 19-34. No que respeita ao destino das populações moçarabes do Al-Andalus, veja-se Christophe Picard, "Les chrétiens mozarabes: encadrement religieux et déclin. L'Exemple du Gharb al-Andalus", in H. Bresc e Ch. Veauvy, *Mutations d'identités en Méditerranée. Moyen Age et Epoque Contemporaine*, Paris 2000, pp. 97-110; Pierre Guichard, "La trajectoire historique des mozarabes d'Espagne", *ibidem*, pp. 111-121; Jean Pierre Molénat, "L'identité mozarabe dans l'Ibérie

reconquise, spécialement à Tolède", *ibidem*, pp. 123-131.

¹² Cf. Aires Nascimento e Saúl Gomes, *S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*, Lisboa, 1988, pp. 8-10, 30 e ss.

¹³ Entre outros, veja-se Adel Sidarus, "Novas perspectivas sobre o Gharb Al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques", *2º Congresso Histórico de Guimarães. Actas*, Guimarães, 1997, vol. II, pp. 247-270.